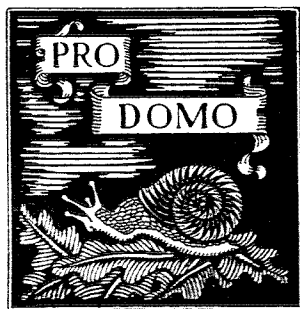


C U L T U R A P O L Í T I C A

A
SÁTIRA POLÍTICA
EM PORTUGAL
DURANTE O SÉCULO XV

POR

F. E. TEJADA SPÍNOLA



P R O D O M O — L I S B O A

JUIZO AUTORIZADO A PROPÓSITO DESTE LIVRO

«No delírio fútil da geração presente, maravilha-nos o facto de o ilustre catedrático da Universidade salamantina se dedicar, briosamente, ao estudo das figuras do nosso passado medieval. Erudito e profundo, analisa a sátira política da baixa idade-Média portuguesa.

.....

«Tejada Spínola conhece bem tôda a complexa vida política do povo português, naquela época de crise aguda, em que apontava já, no horizonte, a grande alvorada do Renascimento: «El mundo portugués del siglo XV era el de las etapas de fermentación, choque entre grupos contrapuestos, dagas florentinamente manejadas en medio de los ayes de los que cayeron en el estruendo del combatir político. No entanto, graças a um forte instinto católico, a estrutura portuguesa conservou, mais do que noutros povos, uma continuidade de linhas e espírito, que beneficiou imenso a vida nacional».

DR. JOAQUIM DOMINGUES
NA BROTERIA

CULTURA POLÍTICA

10

A SÁTIRA POLÍTICA
EM PORTUGAL

OBRAS DO AUTOR:

- 1 — *Notas para una teoria del Estado segun nuestros autores clasicos (siglos XVI y XVII)*. Sevilha, 1937. 181 págs.
- 2 — *Sobre Derecho Social*. Nas «*Notas al fuero del trabajo*» de Luiz J. Pedregal. Cádiz, Ceron, 1938. Pág. 233-239.
- 3 — *Jerónimo Castillo de Bovadilla*. Madrid, 1939. 145 pág.
- 4 — *Ideas politicas de Angel Ganivet*. Tesis doutoral. Madrid, 1940. 245 pág.
- 5 — *Para interpretar a Angel Ganivet*. Separata de *Ensayos y Estudios*. Berlin, 1940. 15 pág.
- 6 — *Acerca de una posible historia del pensamiento politico español*. Na *Revista general de legislación y jurisprudência*. Madrid, 1941. Págs. 421-448.
- 7 — *Monarquía y caudillaje. En torno a dos textos olvidados*. Separata da *Revista de la Faculdade de Derecho de Madrid*. 1941. 20 pág.
- 8 — *Programa de un curso de filosofia del derecho*. Salamanca, 1942.
— *Introducción al estudio de la Ontologia jurídica*. Madrid, Suárez, 1942. 131 págs.
- 10 — *La causa diferenciadora de la comodidades politicas (tradición, nación e imperio)*. Separata da *Revista general de legislación y jurisprudência*. Madrid, Reus, 1943. 47 págs.
- 11 — *Las doctrinas politicas en Portugal (edad media)*. Madrid, Escelicer, 1943. 233 págs.
- 12 — *La sátira politica en Portugal durante el siglo XV*. Separata da *Revista de la Universidad de Madrid*, 1943. 33 págs.
- 13 — *La tradición gallega*. Madrid, 1944.

- 14 — *Las ideas políticas de Gil Vicente*. Separata da *Revista de la facultad de Derecho de Madrid*, 1944. 32 págs.
- 15 — *El hegelismo jurídico español*. Madrid, editorial *Revista Derecho Privado*, 1944. 145 págs.
- 16 — *Las doctrinas políticas del Príncipe de Viana* (Revista general de legislación y jurisprudência). Madrid, 1945.
- 17 — *Breve história de las doctrinas racistas*. Editorial Pace). Madrid, 1945.

EDIÇÕES PORTUGUESAS

- 18 — *As Idéias políticas de Gil Vicente*, (Cultura Política 9) Pro Domo, Lisboa, 1945.
- 19 — *A Sátira política em Portugal durante o século XV*, tradução de Fernando de Aguiar, edição Pro Domo, Lisboa 1945.
- 20 — *O Racismo*, tradução de Manuel Galvão, edição Pro Domo, Lisboa, 1945.
- 21 — *De Re Lusitana*, tradução de Manuel Galvão, no prelo em edição Pro Domo.

NO PRELO

- 22 — *Para una nueva perspectiva del pensamiento político de Donoso Cortés* (Revista de la Facultad de Derecho de Madrid).

TRADUÇÕES NO PRELO

DO INGLÊS

- 23 — *The making of Europe*. de CRISTOPHER DAWSON. (Ediciones Pegaso).

DO ROMENO

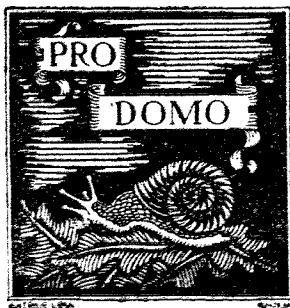
- 24 — *La filosofía del derecho en Rumania*. Páginas 288-318 da *Istória filosofiei românești* de N. BAGDASAR, Bucarest, Societatea română de Filosofie, 1941 (Revista Derecho Privado).

FRANCISCO ELIAS DE TEJADA SPÍNOLA

CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

A
SÁTIRA POLÍTICA
EM
PORTUGAL

DURANTE O SÉCULO XV



LISBOA-MCMXLV

Reservados os direitos

NOTA DO TRADUTOR

E^M Portugal, como pela Espanha, abundaram as sátiras políticas. Sobretudo em Portugal, botaram raízes fundas. São pedaços da alma popular portuguesa que, trespassada pelos vícios dos políticos de ocasião, faz dar ao povo sadias gargalhadas soltadas do peito com aquela rudeza alegre e aguda que só entre as gentes latinas se usa. São as trovas de escárneo e de maldizer onde sempre se faz a crítica social dos costumes corrompidos pela moralidade dos senhores da política; golpes de calor e de engenho obrigando os políticos a sorver o cálice da amargura. Os descaminhos em que vão as coisas públicas, os favoritismos, sempre aquilo que mais choca a moral caseira dos nossos povos na sua singeleza pouco dados a êstes costumes da plutocracia, são motivo que o temperamento profundamente peninsular da nossa gente aproveita para, com pincéis embebidos no seu generoso sangue e espalhando tintas vivas como a sua alma, arrancar à imaginação graciosos ditos de crítica. Improvisada, na mor parte das vezes, a sátira comunica vida, ganha altura e empresta saúde. Traz consigo o anátema da sua proveniência; a espontaneidade do povo, o bom humor caseiro, o nosso engenho fácil na graça a casa-

rem-se bem casados em seus arremedos de escândalo público. Rasgando a carne põe a descoberto os seus pôdres, arrancando da alma estas flechas enrobustecidas na pureza dos seus melhores sentimentos, enxerta em versos fabulosos e satíricos a moral cristã que o embalou e deu energias e vida, e fortalecido o destino da grei, ainda continua avassalando o peito rijo e forte e português da sua gente. Criando com a sátira a sua verdadeira filosofia de moral política, no apagado da sua humildade vigilante da honra nacional contra as prepotências da autoridade e a corrupção na política, amparou-se no seu destino bom de povo livre alheado das quesilentas querelas partidárias. Quando lhe doi o coração pelos azares da fortuna e maleitas da política, esperançoso como o nosso D. Pedro V, confia nos seus bons desejos e sem desanimar inventa censura jocosa. O Rei refugiava-se no estudo, o povo escuta-se na censura.

Dá bem conta de quanto dizemos êste excelente livro dêsse querido Francisco Elias de Tejada Spínola, castelhano dos mais nobres na amizade e dos mais fidalgos na bizarria da sempre fidalga Castela.

Nestes ensaios estuda Francisco Tejada dois aspectos dêste género de literatura política —

o tom erudito de desengano das misérias da vida, muito em especial no que se refere às chamadas lutas pela posse do mando; e aquêles outros escritos nascidos no fogo dessas mesmas lutas como expressão real de polémicas de interêsse. No primeiro ensaio, descreve-se a vida e analisa-se a obra do Condestavel Dom Pedro el vástago mais infortunado de todos los Avis, para usarmos aqui da própria expressão no original do Autor.

No segundo ensaio, dá-nos Tejada breve vista panorâmica da crítica popular como queixa contra os desgovernos da Índia e contra las primeras manifestaciones de un maquiavelismo de facto anterior ao «Príncipe», — e estão neste caso a «Platica de un labrador con el rey Arsano», o Alvaro de Brito, o João Gomes da Ilha, o pacifismo de João Castelo Branco, as recriminações de Fernando da Silveira. É este trabalho o verdadeiro complemento dessa curiosa e bem prestante «História das Doutrinas Políticas em Portugal» de que está para sair a edição portuguesa.

Julgamos não ter atraído o pensamento do Autor na tradução que fizemos desta sua obra, a que só a amizade fraternal que nos abraça me levou a tomar o encargo de a fazer. Francisco

Elias de Tejada Spínola já não é um desconhecido para Portugal. Os seus estudos atestam-no como lusófilo dos mais ilustres e vinculam-no à gratidão dos portugueses cultos. As palavras que escrevêssemos para traçar a sua biografia e apresentação seriam mesquinhas de mais para a sua forte personalidade de pensador político e de professor dos mais ilustres na Universidade salmantina onde ensina filosofia do direito.

E dêste modo se estreitam ainda mais os laços de profunda afeição e verdadeiro apreço que nos unem, amigos de Nações diferentes mas amparados de uma só Fé—SERVIR A DEUS, e animados de um só ideal—SERVIR A TRADIÇÃO.

*Sete Rios,
verão de 1945*

Fernando de Aguiar

Ao Professor
DÂMASO ALONSO

INTRODUÇÃO

A JUNTAMOS neste estudo dois ensaios sobre a sátira política na baixa Idade-Média portuguesa, consagrados, respectivamente, aos dois aspectos que se podem adoptar nessa forma de literatura política: — o tom erudito de desengano das misérias da vida, especialmente no que respeita às lutas pelo mando, e os escritos nascidos do calor dessas mesmas lutas como expressão de polémicas de interesses.

O primeiro destes ensaios aproxima a vida e a obra do condestável Dom Pedro, o mais infeliz de todos os herdeiros nascidos na casa de Aviz, escritor que, como poucos, soube ganhar para a literatura política a ardente, ainda que aquietada, expressão das suas dores de cada dia. Jamais se encontrará na criação ocidental, homem de tão delicada tristeza e de tão tocado pulsar em fundas melancolias, mesmo que as mascaram com citações falazes de ingénua erudição.

Em torno da idéia central da queixa e menosprezo pelas cousas políticas, surge riquíssima obra, esquecida de sentimentos cristãos, leituras clássicas e amarguras de experiência pessoal, no comunicar multiforme de um Renas-

cimento precoce e antecipado em quasi um século.

O segundo ensaio refere as manifestações populares da critica politica, as queixas contra o desgoverno e os grandes gastos, contra o nascente desvio para a rota da Índia e contra os primeiros sintomas de um maquiavelismo, *de facto*, anterior ao *Principe*, e quando os Reis estavam já preparados para as aspirações ao poder sem limitação. A «*Plática de un labrador con el Rey Arsano*», os cantos largados à liberdade por dois poetas do *Cancioneiro* de Resende, Álvaro de Brito e João Gomes da Ilha; os ideais pacifistas de João Roiz de Castelo Branco, precedente que encontrará eco na musa mirandina de cem anos mais tarde; e as recriações de um Fernando da Silveira, são altos padrões de viva actividade. Alguns escritos, como os do último, são documentos de que se dá agora noticia pela primeira vez.

I

A FILOSOFIA POLÍTICA CRISTÃ DE UM GRANDE ILUDIDO

1. *Um português de prol.* — 2. *Obras do Condestável Dom Pedro.* — 3. *A «Sátira».* — 4. *As «Coplas» e a «Tragédia».* — 5. *O falso amor popular.* — 6. *A literatura contra os validos no Portugal do Século XV.* — 7. *A Literatura contra os validos segundo o Condestável.* — 8. *Cristão, não estóico.* — 9. *Igualdade e liberdade cristãs.* — 10. *Absolutismo no molde clássico.* — 11. *Síntese.*

1

UM PORTUGUÊS DE PROL

FILHO de Príncipe desditoso e magnânimo, foi Dom Pedro, como seu pai, desditoso e magnânimo. Parecia que o ramo segundo dos Avis estava condenado a mortes violentas ou a desaparecimentos funestos; se o pai morreu nos campos de Alfarrobeira, cadáver abandonado, sem sepultura cristã, três filhos, Isabel, João e Jaime, morreriam envenenados e o seu primogênito, homónimo e altivo como o fôra o progenitor insigne, esse cairia roído pela enfermidade e com as canseiras e sensaborias, únicos ganhos de coroa imaginária.

Tal foi o fado de Dom Pedro, desterrado de sua pátria, sete anos andante por terras de Castela e, por fim, senhor dos catalães. Na breve passagem dos sete lustros de sua vida, sofreu êle em terra peninsular tôdas as aventuras possíveis.

Não obstante, devemos inclui-lo numa História do pensamento português, embora outra tenha sido a língua em que exprimiu as suas idéias e outra a pátria onde a fortuna o trabalhou e por cuja defesa êle morreria.

A cada passo hóspede de Castela, o Conde de Barcelona, Dom Pedro, ficou sempre fiel ao

sangue que lhe corria pelas veias, e será ele sempre português de prol. Comove; olhar-se como canta em língua castelhana a façanha da batalha que consolidou o trono de seu avô, separando os dois reinos do ocidente espanhol; como ele se sente quinhão na glória que coube aos vencedores de Aljubarrota; e como se faz espírito comum com aquêle seu antepassado, «glorioso rei cuja espada tão duramente fez sentir aos castelhanos», na sua fala de filho digno de Portugal (1).

2

**OBRAS DO CONDESTÁVEL
DOM PEDRO**

As páginas que Dom Pedro nos legou são como fôlhas caídas da árvore de sua vida. De maneira alguma fôlhas de livro, preenchidas e reünidas segundo certa concordância, mas fôlhas de um outono, outono triste que abrasou o mais fértil de um espírito nascido com o alegre-campo das primaveras da cultura e da glória.

As suas obras principais são três:

a) *Sátira de felice e infelice vida*, editada por Paz y Melia em seus *Opúsculos literários de los siglos XIV a XVI*, publicação da Sociedade de Bibliófilos Espanhóis, Madride, 1892. XVI + 427 páginas. Nas páginas 45-101.

b) *Las coplas sobre el menosprecio de las cosas del mundo*, impressas em Saragoça durante o Século XV e incluídas no *Cancioneiro* de Resende ⁽²⁾; e

c) A *Tragedia de la insigne Reina Doña Isabel*.

As duas primeiras estão em prosa e verso, respectivamente; na terceira encontramos reünidas as duas maneiras de composição. Da segunda se duvidou por algum tempo se não teria antes sido da autoria de seu pai, o Infante Re-

gente, até que José Maria Octávio de Toledo, firmando as suas razões em certas alusões a factos que o Duque de Coimbra não pôde alcançar, tal como o suplício de D. Álvaro de Luna ⁽³⁾, pôs a claro o problema dando às «*coplas*» o seu verdadeiro autor.

3

A «SÁTIRA»

A *Sátira de felice e infelice vida* foi julgada àsperamente por Mestre Menéndez y Pelayo, que a qualifica de «série de insípidas lamentações por todos os lugares comuns da poesia erótica de então, sem que tal monotonia se quebre, antes pelo contrário se alenta no obrigatório acompanhamento de figuras alegóricas, como, por exemplo, a Circunspecção, a Piedade e a Prudência. Se a isto se acrescentar o conhecido catálogo de enamorados antigos e modernos, cujos nomes não parecem trazidos senão para justificar o pedantismo das glosas, formaremos idéia dêste fruto tardio e sem sabor dessa escola pseudo-dantesca que por tanto tempo desviou o curso da nossa literatura, calunhando o altíssimo poeta a quem se dizia ela imitar» ⁽⁴⁾.

E tem razão Mestre Menéndez y Pelayo. Tudo se reduz às queixas do adolescente contrariado pelos desdêns de sua dama, cuja formosura e prendas são comparáveis às virtudes das mais afamadas damas da antiguidade, sem que importem as diferenças de idade nem condição: Vectúria, mãe de Coriolano, e a vestal Tasia, servem de modelos na semelhança.

E o conjunto modelado em imagens do «*quattrocento*» italiano, eco longínquo e inferior dos sonetos de Petrarca.

Sirva-lhe de desculpa a juventude em que improvisava, sendo Dom Pedro mais galanteador que literato, e como galã, seguidor do mau gosto dominante. Ele é de certa maneira tão pouco responsável, e procurou de tal modo seguir o gosto cortesão que tem páginas inteiras integralmente roubadas a um dos poetas mais celebrados na época, o cantor de *Macías*, o trovador João Rodrigues da Câmara. Mas, ao menos absolvem-no, no possível, de sua insipidez e pedante afectação, as lembranças carinhosas e emocionadas que endereçou à Rainha D. Isabel, esposa do vencedor e filha do vencido na tragédia de Alfarrobeira;

«E la reina Isabel
muy valerosa e santa,
no cobró gloria tante
con este vicio cruel
e nefando:
mas de piedat usando
..... (5)

4

AS «COPLAS» E A «TRAGÉDIA»

OS dois outros escritos que caem em cheio no nosso campo de análise limitam-se a uma série de garridas frases em redor dos polos permanentes: um como que brilhar de cultura antiga que nos faz recordar o mundo greco-romano no seu âmbito e no medieval, como costumou praticar seu pai, e uma paixão triste, mágoa constante em coração ferido, sombra que enegreceu todos os céus de sua vida.

Consta o primeiro de um abrir de olhos e de uma alma inteira que se dá à Humanidade perdida, quando sente que esta se redescobre. Tito e Sardanapalo, Dionísio Siracusano e a fábula de «Cila» e Caribdis, ⁽⁶⁾ Sófocles e Jerfes, caminham até nós trazidos por sua mão, vestidos já com a roupagem dos foros e das ágoras. Não revela cultura filtrada em cenóbios solitários e cristãos, adornada de capuchos talhados à imagem do leitor, mas a Grécia e a própria Roma revividas tanto quanto possível na sua mais absoluta realidade. A grande diferença, e quasi a podemos considerar imensa, — a grande diferença que separa entre si aos dois Pedros de Portugal, pai e filho, está na maneira

distinta como cada um dêles lê na sabedoria dos clássicos.

O segundo dos polos do seu pensamento encontra-se no âmago de uma vida errante de aventureiro lançado fora da terra que o viu nascer, secundogénito proscrito andante por côrtes estranhas ou chefe de bandeira rebelde e batida. Pessimismo; pessimismo não pagão, mas aquêles que sabe aproveitar as adversidades para de cada uma delas tomar medida que sirva na escala espiritual, quási ascética, de pura santificação.

5

O FALSO AMOR POPULAR

A primeira coisa de que a sua trágica experiência da vida o desenganou ⁽⁷⁾, foi do clamor e do aplauso das multidões. A inconstância das massas não é, em seus lábios, fria declamação de lírica cortesã para recitar nas ante-câmaras dos poderosos como trovas de entretenimento, mas voz tocante que lhe sai do coração, talvez para acusar a alguns cujo nome se tornou para sempre segrêdo indecifrável. Quando diz

No amo ni punto el amor popular
ni loo quien mucho en él se confía;
ca no sabe amar, ni sabe desamar;
los mas de sus fechos van torcida vía.
Sin razón, sin causa, mantiene porfía,
sin razón, sin tiempo se dexa d'aquella;
jamás discreción no lleva por guía;
nin honrra la virtud, nin se cura della» ⁽⁸⁾

O movediço inconstante da fortuna sentiu-o de perto na política ⁽⁹⁾; por isso o desengano da sorte vã encontra nêle preferentemente certo sabor político, desengano que assomou à praça pública e logo se escondeu pelos salões dos palácios dos reis.

Será porque não lhe saem do peito os discursos contra o profundo caos que engrandece os maus e oprime os bons, fiando-se na má fama com preferência sôbre a virtude? ⁽¹⁰⁾

Todo o exemplo erudito com que afirma o seu argumento ⁽¹¹⁾ tem valor acessório, desapegado da paixão que põe sulcos de fogo no papel para com êles formar as letras; é simplesmente a concessão do homem ao erudito, mas sem que o erudito frio e estudioso consiga apagar o brio vacilante que agita o homem.

6

A LITERATURA CONTRA
OS VALIDOS NO PORTUGAL
DO SÉCULO XV

PARA o povo o desengano é filho da desconfiança nos validos. Partindo da inconstância da fortuna, o Condestável inclui-se numa corrente não erudita, mas popular: aquela que flagelava aos conselheiros dos reis como causadores dos males públicos. Em Portugal, do mesmo modo que em Castela, abundaram as sátiras, pedras de escândalo a que faremos referência especial em outra parte dêste livro; sobretudo em Portugal, estas mergulhavam as suas raízes numa antiguidade muito remota.

Os privados de D. Afonso V haviam passado pelos laços do escárneo jogralesco, corrente de sátira importada da França e que em Castela achou tipos tão mordazes como as coplas do *Provincial*, ou as de *Ay, panadera*. O *Cancioneiro da Vaticana* conserva-nos umas trovas de Lourenço Jogral, feitas «en tempo del rey do affonso a seus privados», nos quais se pinta os validos do insubstituível modo seguinte, e com graça tão louçã que nos veda a qualquer comentário, aqui só nos exigindo a sua transcrição:

«Desses privados no sei mais falar
seno q lhes veio mui gra poder
e grandes rendas T cassas gaannar

T E J A D A S P Í N O L A

e veic as iento toda e pbeer
T co pobreza de trra sair e ha
el rey sabor deos oyr
mais eu no sei q lhe va coselhar». (12)

Um conde, D. Pedro de Portugal, assevera
que

«Os privados q del rey hã
por mal de muytos grã poder...» (13)

E, posteriormente ao Condestável, nos dias
manuelinos, não nos faltarão falas abastadas
de palavras morais em que se exprobarão os
grandes conselheiros do *Venturoso* usando tin-
tas tão carregadas que parecem ensopadas no
sangue vertido pelas chicotadas da crítica.
Certo D. João Manuel, alta personagem da cõrte
de 1500, não nos deixará ficar por menti-
roso (14).

7

**A LITERATURA ENTRE OS VALIDOS
NO CONDESTÁVEL**

SE era este o ambiente reinante por toda a baixa Idade Média, se a crítica corria parelhas na corrupção; e como estranhar mos que Dom Pedro, vítima familiar dos conselheiros do débil e sensível D. Afonso V, veja o vago e sórdido da privança e se console a si próprio profetizando a caída do Conde de Barcelos e restantes inimigos de sua casa? João Manuel disse que faltava à verdade e não respeitava a amizade: e que estranharmos pois que estando proscrito, do exílio o Condestável a chame de ingrata e de mentirosa?

Quando censura a privança, coloca-se Dom Pedro no seu tempo e pensa à maneira desse tempo, mordaz, zurzidor dos favoritos. Mas aquilo que lhe empresta grandeza moral e coloca a sua figura acima do coro dos murmuradores é a sua digna atitude de reverência na frase e a sua elevação de alma que põe os olhos em Deus ⁽¹⁵⁾. Basta-lhe conhecer que não são felizes ⁽¹⁶⁾ e olhar os exemplos próximos e remotos da História; o caso de D. Álvaro de Luna, antes de mais, por ele vivido de perto na corte castelhana, era só por si motivo bastante para que uma alma da têmpera da sua passasse com

T E J A D A S P Í N O L A

as fadigas por cima das inquietações presentes e dos contínuos dissabores ⁽¹⁷⁾.

Por fim e ao cabo, bastava-lhe fixar-se nos seus para com a sua lição aprender como hão-de cair os maus ministros, aquêles que a egrégia figura de seu pai retratou indirectamente contrapondo-os aos bons conselheiros, aos varões que «teem o logar do coração em o corpo moral e delles naçe a vida que o príncipe faz com perseverança em omório de poboo» ⁽¹⁸⁾.

8

CRISTÃO, NÃO ESTÓICO

O remédio chegará algum dia: esta foi a razão do seu conselho e aquela que faz da *Tragedia de la reina Isabel* um completo tratado de Filosofia moral, na frase feliz de D. Carolina Michaelis ⁽¹⁹⁾. A consequência final está em pôr a confiança em Deus, que não troca nem muda ⁽²⁰⁾ e fonte única da verdadeira felicidade ⁽²¹⁾: o ganho da bem-aventurança acha-se nos céus ⁽²²⁾.

Não é, portanto, «processo estóico» ⁽²³⁾ aquêle que segue na busca de remédio para os seus desenganos e aflições, mas a subida, talvez de certo modo ascética, pelo meio cristão da confiança em Deus. Errou neste ponto D. Carolina ao supor idênticas duas cousas distintas: o conformismo estóico, desprendido de cousas alheias e superiormente metido em si mesmo, com o esplendor luminoso de resignação confiante que é nascente de graça derivando perpetuamente do madeiro de Cristo. Torna-se de importância ajustar estas diferenciações na continuação do nosso estudo, pela necessidade que há de, para todo o sempre, se pôr a claro o puro sentido cristão da tradição de Portugal; dêste modo se evita tais confusões dos

sábios que para aquêles que o não são se converte em lamentável tese de propaganda fácil e inimiga.

Certo é que por vezes toma por paradigmas alguns modelos antigos e que por horas amargas se socorre de Catão, Cícero, Marco Régulo e dos Macabeus para criar a resignação da desgraça e aparar no ânimo os duros golpes da adversidade ⁽²⁴⁾; mas também é verdade que tais referências tinham valor limitado às evocações em moda nos literatos daquela época, pois em outras ocasiões êle se serve também de citações semelhantes para encorajar os catalães na luta contra João II ⁽²⁵⁾ e, ainda mostrando aparato e energia nas brigas com os deputados da *Generalidad*. ⁽²⁶⁾ São reflexos de uma moda cultural que ia desde as cartas políticas às trovas amorosas; a paixão abrilhantava tanto a velha civilização tirada do esquecimento que os exemplos usuais para qualquer acontecimento ou circunstância haviam forçosamente de tomar-se da história bíblica ou da sábia antiguidade.

D. Pedro não pensa como estóico. Se assim sucedesse teria seguido o caminho do suicídio, cedendo às trágicas tentações que com tanta intensidade o assaltaram, segundo êle mesmo nos conta ⁽²⁷⁾.

O homem que pratica um acto que ofende a Deus julga que semelhante acção o aparta de Deus mas a sua fé no Altíssimo, mostra-lhe que êle continua sendo cristão ⁽²⁸⁾. Essa sua página não é página de discípulo de Sêneca, mas uma das mais profundamente religiosas de toda a nossa literatura.

A SÁTIRA POLÍTICA EM PORTUGAL

Principalmente o Condestável havia já buscado, em velhas leituras suas, as fontes de consolação, metendo-se «en el piélago de los estoriografos e de los sabios»⁽²⁹⁾, sem adiantar mais do que ganhar o convencimento da futilidade de tôdas as ciências humanas. Quando o velho dialogante lhe pergunta: «Dime: ¿qué te aprovechan agora las armas que te ha dado la sabia Minerva?», o actor que representa a sua dorida figura não sabê o que replicar ⁽³⁰⁾. ;E assim se apelida de estóica a uma obra destinada a proclamar a superioridade infinita das palavras de Deus sôbre as sisudas palavras dos homens

IGUALDADE E LIBERDADE CRISTÃS

A aplicação final destes conceitos e destes sentimentos no campo politico dá-nos noções de irmandade na presença de Deus, mais fortes do que a diversidade social estabelecida. Os tristes costumam dirigir-se a Deus nos momentos difíceis, proclamando a consoladora opinião de que todos os homens terão um dia de igualar-se perante a Divina presença.

Assim também D. Pedró. Além do decaimento de sua casa e o triunfo dos inimigos, proclama que algum dia todos serão iguais:

«Todos somos fijos del primero padre,
todos traemos ygal nacimiento,
todos avemos a Eva por madre,
todos faremos un acabamiento...» (31).

Tese cristã, se dirá, mas... também estóica. Porque não bastasse a sua postura ante o suicídio, D. Pedro nos privará de erróneas afirmações. Na glosa prosaica que acompanha a edição avulsa não recolhida na colecção de Resende, esforça-se por nos provar como a fonte do seu discorrer ao escrever destas palavras não foi nenhum estóico antigo, senão a história bíblica

da primeira queda do homem. No texto da Biblioteca Nacional de Lisboa reza dêste modo o comentário marginal: «El primero padre fué Adam que por su glotonia / poco saber: 7 menos obediencia de inmortales nos ha tornados mortales» ⁽³²⁾. ¿Querem mais claro?

É certo que defendeu a verdadeira liberdade alcançada pelo desprendimento das coisas terrenas, o resgate da servidão mediante o aniquilamento das paixões e o desprendimento das preocupações de cada dia ⁽³³⁾. Nova tese duplamente cristã e senequista, a respeito de cuja saída para Deus nos declara expressamente, avultando a verdadeira fibra espiritual da sua doutrina

«Miremos al excelso & muy grande dios,
demos las cousas caducas & vanas,
retener devemos las firmes con nos
las útiles, santas, muy buenas & sanas.» ⁽³⁴⁾.

Desde êste texto «in princípio» até aquêl em que termina a obra, aquilo que corre pelas fontes líricas das *Coplas* é sempre uma aflitiva quietação de tranqüilas oscilações, tão cristalina em dores como generosa na profundidade de uma fé tornada esperança, mãe de consolações.

Não tinha razão D. Carolina; tinha-a o Mestre ao falar de um «cristiano pesimismo» ⁽³⁵⁾.

10

ABSOLUTISMO NO MOLDE
CLÁSSICO

TÃO intrometido estava D. Pedro na cultura clássica, que aquilo que por fim lhe resta como recordação da sua actuação de rei é a apaixonante ambição de imitar os Césares, modelos ideais do seu conceito de bom príncipe.

Se as premissas culturais exprimiam mentalidade formada em freqüente trato entre gregos e latinos, o feitio que tem de a modificar perante a realidade política toma-o de um romanista acabado. O Príncipe, à imagem dos Césares da figura justiniana, é dador da lei e fonte perene do Direito. Caso paradoxal o de que viesse à Catalunha para defender privilégios e mais imunidades e no fundo da sua alma as vituperasse com dureza nunca ganhada nos cálculos do próprio D. João II. Tanto como os reveses da guerra, o molestavam os contínuos obstáculos e entraves que os catalães lhe opunham em nome da lei e dos costumes do Principado.

Ainda que estes lhe reconheçam a sua condição de chefe adentro do quadro complicado dos foros e mais liberdades, D. Pedro lhes replicará em momentos de maior indignação que não quere ser governado mas governar por si próprio ⁽³⁶⁾, pôsto que é rei sòmente sujeito a Deus e

portanto senhor de impor os tributos que julgasse propositados ⁽³⁷⁾.

Depende unicamente de Deus. A irritação por vezes sobe a ponto de ir ao extremo de ameaçar com o cerceamento de foros e usos para distribuir a justiça por sua mão, a exemplo do que já César fizera em idênticas circunstâncias ⁽³⁸⁾. A ameaça do que hoje chamaríamos golpe de Estado fica latente apenas o Condestável se apresenta em Barcelona; e entre a sua formação, admirando antigos paradigmas e os libérrimos povos da Catalunha, mediava um abismo de doências incompreensões.

Por isso os conselheiros não fizeram o menor caso de suas disposições quando no testamento dispunha do reino como coisa própria sua, legando-o a seu sobrinho o príncipe D. João de Portugal, que mais tarde cingiu a coroa portuguesa com o nome de D. João II ⁽³⁹⁾. Porque era impossível harmonizar os dois mundos contrapostos, daquêles que defendiam conquistas ganhas com esforços de paciência secular e o seu caudilho, embriagado por distantes e illusórias doutrinas por força estranhas aos filhos do livre Principado.

Triste destino o daquela rebelião! Diziam os povos defender com esta as suas liberdades e o único que se chegou ás gentes para manter essas liberdades foi seu odiado e legítimo senhor

II

SÍNTESE

FOI D. Pedro homem cultíssimo para o seu tempo, em convívio com os intellectuais peninsulares, e o primeiro português que teria lido um diálogo platónico e que o aproveitou, citando passagens, em seus escritos ⁽⁴⁰⁾. Mas acima de tudo, com ser a figura mais hispânica do século XV por haver calcurriado em andanças por todos os reinos peninsulares, permanece sempre portuguesíssimo.

Deu-nos o exemplo de sofrimento injusto, paciente e cristãmente suportado: caiu sôbre os seus ombros a grande pequenez de ter sido filho do Regente de D. Afonso V, mas sempre illustrou dignamente o sangue que lhe corria nas veias. E em vida lastimosa como poucas, achou horas para o estudo directo dos livros antigos, sem que essa leitura ofuscasse sequer a clara sinceridade de um coração feito a altos cometimentos, para o risco responsável e difficil de governança discutida e para fazer de sua história o relicário em que o amor a Portugal, a cultura de Castela e o senhorio de Barcelona, mostrassem a solidariedade dos povos hispânicos.

NOTAS

(¹) Condestável D. Pedro de Portugal: *Tragédia de la insigne reina Doña Isabel*, 2.^a Edição, com prefácio de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, XI, + 169 págs.

(²) O único exemplar conhecido é o existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, com o seguinte título: *Coplas fechas por el muy illustre señor infante do Pedro de Portugal: en las quales ay Mil versos con sus glosas contenientes de menosprecio: e contempto de las cosas fermosas del mundo: e demostrando la su vana: e feble beldad*. s. d. n. l. — Foram impressas por Anthon Durrea (sic), e dirigidas a D. Alfonso de Aragão, arcebispo de Sarragoça (folio 1 verso). — 35 fls. sem numeração.

Garcia de Resende atribuiu-as ao Duque de Coimbra, pai do Condestável, dizendo-as *Do jfante dom Pedro fylho del rrey don joam de groriosa memoria, sobre o menosprecio das cousas do mundo em lingoajem castellano, as quaes tem grossa*, no *Cancioneiro*. Edição Kausler em tres tomos. Estutegarda, 1846, 1848, e 1852, Tomo II, pags. 75-108, No *Cancioneiro* suprimiu-se a glosa.

(³) Na *Revista Occidental*, Ano I, 1875, Tomo II, pág. 295.

(⁴) Marcelino Menéndez y Pelayo: *Antologia de poetas liricos castellanos desde la formación del idioma hasta nuestros dias*. Madrid. Hernando & Companhia, Tomo VII, 1898. CCLXXX + III pág. — citação na CXV.

(⁵) A. Paz y Meliá: obr. cit. no texto, pág. 96-98. Esta citação faz crer sejam posteriores a 1445, data em que morreu a rainha. A não ser assim, devem referir-se a

Santa Isabel de Aragão, mulher de Dom Diniz. Não obstante, julgamos dirigidos à irmã de Dom Pedro e mulher de D. Afonso V já que o dedicar-lhe a *sátira* não implica que ela vivesse quando êle a compôs. Na carta dedicatória o Condestável adverte-nos do seu carácter de loa a sua irmã, quando nos diz que «aun este nombre *Sátira* viene de *Satura*, que es *loor*» (louvar), página 48.

(6) Assim escrita: — Vide *Tragédia*, pág. 87.

(7) Tão trágica foi a sua vida que uma biografia recentemente publicada por J. Ernesto Martinez Ferrando, se intitula com verdadeiro acêrto de *Tragédia del insigne condestable don Pedro de Portugal*, — Madrid, 1942 — 365 páginas.

(8) *Coplas*, fol. 15. — No *Cancioneiro* de Resende, tomo II, página 80.

(9) Na *Tragédia* discorre sôbre a Fortuna, «la qual de su propia naturaleza es movable, e a menudo acostumbra mudar las cosas tristes en alegres, y las alegres en tristes» (págs. 72).

(10) «A caos profundo a horas abaxa,
a horas sublima al cielo loando,
en el piedad jamás se encaxa,
los sus beneficios siempre van errando.
Es todo ingrato, crudo & nefando;
los malos ensalça, los buenos opprime
a la falsa fama jamás va mirando,
nin siento virtud que a él se arrime».

(*Coplas*, fol. 15 — No *Cancioneiro*, II, 86).

A tanto o move ao declarar o vulgo incompatível com a virtude !

- (¹¹) «Desterró Camilo, hombre glorioso,
y a Curiola el pueblo Romano,
desterró Theseo, duque valeroso,
y a Temístocles el pueblo insano.
Servio aquel César, famoso tirano,
servio aquel Silla, malo & cruel,
servio Dionisio el Siracusano,
y fué a los buenos de raro fiel».

(*Coplas*, fol, 15 verso — *Cancioneiro*, II, 86)

O que não evita que, na sua situação de Conde de Barcelos, imite conscientemente a este César a quem ele aqui apelidou de tirano.

(¹²) — Cantiga núm. 1.136 do *Cancioneiro da Vaticana*, págs. 359.

(¹³) Cantiga núm. 1.038, em págs. 359-360.

- (¹⁴) «Nunca vy entre privados
verdadeyra amizade,
nem fallar muyta verdade
os en tratos enfrascados
.....
.....
nem omens mais enganados
que os princepes & rreys,

nem ser humas nesmas leys
a grandes & a pequenos,
nem omes que tenham menos
que os muyto verdadeiros».

*Huuma falla, ou palavras moraaes, feitas por don
Joham Manuel, camareiro moor de muy alto princepe el
rrey dom Manuel, nosso senhor. — No Cancioneiro de Re-
zende, tomo I, págs. 394-398 — Cit. a pág. 384.*

- (15) «Bolvamos la pluma a ti, o privança,
ufana, ingrata, mintrosa, irada !

.....
Tu has en arena tu casa fundada,
si presto te vienes, más presto te partes,
de quien te conosce eres desamada
por sus no fermosas ni gentiles artes».

(*Coplas*, fol. 9 verso — No *Cancioneiros*, II, 81).

- (16) «No pienses tú, dulce amigo, que aquellos que
ves reyr e dar bozes en las cortes e palacios alcancen al
verdadeiro prazer ca separados son de aquel por grandes
terminos, ni tu no dessees aquel prazer que tan ayna
fenesce, ca locura seria por lo que poco dura trabajar
mucho» (*Tragédia*, págs. 112).

- (17) *Tragédia*, págs. 113.

- (18) Infante D. Pedro — *Virtuosa Bemfeitória*, citada,
L.^o II, cap. XXIV, pág. 139.

- (19) Carolina Michaelis: — *Prefácio* na edição citada,
págs. 20.

- (20) «Con tanta crueza
ferio nuestra casa la ciega fortuna
què ya no confio dayuda ninguna,
salvo de dios e de tu dulceza»,

disse ao velho na *Tragèdia*, págs. 107.

- (21) «Trabajate — responde-lhe o velho — e busca la bondad e la virtud e el temor del muy alto, e si esto alcançares, alcançaras aquel plazer sobre el qual los reyes, los principes, las adversidades mundanas no tienen poder». (*Tragèdia*, págs. 112).

- (22) Palavras finais da *Tragèdia*, págs. 117.

- (23) Carolina Michaelis: *Prefácio*, citado, págs. 22.

- (24) Carta datada em Vichy a 20 de Fevereiro de 1466, e publicada por Martinez Ferrando como documento apenso a sua obr. cit. págs. 319-320.

- (25) Em carta dirigida aos conselheiros, datada de Palamós a 30 de Junho de 1465 e publicada por Martinez Ferrando, ob. cit., págs. 291-293, aparecem frases como estas: «Les grechs, los romans e les altres nacions bataillant valentment no sols se defenien, mas conquistaven e despuix que els manca la virtut perderen lo que lurs predecessors gnanyat havien e encara a lurs propies cases romandre no podien». (pág. 292). «E si llegiu los llibres e gestes de atenesos, de lacedemonis, dels jueus encara, e altres antichs, trobareu que en tals necessitats per subvenir-se uns a altres se aiustaven, ne es fallien, ne stimaven als que la llibertat e honor a aquella postposaven tots bens de fortuna» (págs. 293).

(26) Carta aos mesmos, datada de Vichy a 16 de febreiro de 1466, publicada por Martinez Ferrando, obr. cit. págs, 317-318. Ameaça imitar o gesto de César quando se apoderou violentamente do erário para pagar as tropas. «Ne ignorau que Julius César, ueent esser li detret e negat lo triumpho a ell pertinent de la victoria de Gallia, entra en la ciutat e mes les mans en lo erari publich e apres en los particulars que li obstaren, e satisfeu als cavallers qui per lo republica e gloria de aquella havien treballat» (págs. 317).

(27) «Aquesto soportar más
os muerte tan dilatada
y penada
que jamás
no fué ni será pensada,
pues mejor será librarme
como quiera
i matar-me
i de tal modo penar-me
que más brevemente muera».

Tragédia, págs. 95.

(28) «E per esto — argui o velho — muy gravemente offendem la majestad divina les homecidas, ca se occupan del poder de dios el qual da la vida e la quita. Assi que a ty no te conviene matarte; mas aun dessear la muerte, sino quando a dios plaze...»

(*Tragédia*, págs. 100).

(29) *Tragédia*, págs. 64.

(30) Tragédia, págs. 96.

(31) *Coplas*, fls. 13 — No *Cancioneiros*, de Resende, II, 84.

(32) *Coplas*, fls. 13.

(33) «*De la verdadera & firme libertad.*
Amad libertad, fuyd servidumbre,
la qual si queredes ganar & haver,
buscad al excelso luzero & lumbré
de libertad vera, sin le offender.
Si esta queredes con vos retener,
ser Libres primero de amor sobrado,
las cosas no firmes de mudable ser;
arrancad d'aquellas el vuestro cuydado»

(*Coplas* fls. 33. — No *Cancioneiro*, de Resende, II, 105°

(34) *Coplas*, fls. 2. — No *Cancioneiro*, II, 73.

(35) M. Menéndez y Pelayo: *Antologia* citada, páginas CXXI.

Demonstra-o o «fim» das *Coplas*:

«Si veys a los malos ser muy enxalçados,
y a los buenos venir aflicciones,
ni por aquesso sed vos apartados
de guiar al bien vuestros coraçones.
Porque los peruerssos con sus falsos dones
al fin in eterno sosternam tormentos,
los buenos, cobrando ueros galardones,
seran fechos dioses, de bienes contentos»

(*Coplas*, fls. 35 — No *Cancioneiro*, II, 108.

(36) «Ne volem en tals coses per vosaltres, ne altri, governat esser», diz em carta, datada de Palamós, em 19 de Junho de 1465 (Martinez Ferrando, ob. cit. pág. 289).

(37) «Nos som rey, a quant a Deu plaura, e *dux belli*. E si a vosaltres, e a deputats es stat pertinent ab la terra, e ab nostre consentiment imposar la subvenció, a nos sols es degut distribuir les pecunies en les gents, e ordonar aquelles e distingir los pagaments, les quantitats, los temps, lochs e persones.» (Martinez Ferrando: idem).

(38) Vide o texto citado na nota 26.

(39) J. E. Martinez Ferrando, ob. cit. pág. 172.

(40) Prova-o, com a erudição costumada, o professor conimbricense Joaquim de Carvalho, em seu já citado artigo sobre *A erudição de Gomes Eannes de Zurara*. (*Notas em tôrno de alguns plágios deste Cronista*). No *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. VI, 1919-1921, págs. 190-201; vol. VIII, 1922-1925, págs. 114-140. Citação no VII, 117-120. O que o Condestável recolhe na *Tragédia* são passagens de *Fedon*, tomados da tradução de Pero Diaz de Toledo.

II

A SÁTIRA POLÍTICA POPULAR

1. *A «Plática de un labrador con el rey Arsano».*
- 2. *Características especiais deste escrito.* —
3. *Data e Autor.* — *Doutrinas políticas.* — 5. *Dois cantores da liberdade.* — *Um antecessor de Sá de Miranda.* — 7. *A «Carta Insolente» de Fernando da Silveira.* — 8. *Juízo final.*

1

A «PLÁTICA DE UM LABRADOR
COM EL REY ARSANO»

ENTRE os documentos mais notáveis da Idade Média portuguesa figura o *Tratado de prática de um lavrador com Arsano, rei de Pérsia*, documento curiosíssimo, apresentado como «feita por Codro Rufo» e objecto de várias edições ⁽¹⁾, a última das quais por Esteves Pereira no *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa* ⁽²⁾.

Segundo o manuscrito de onde este último investigador extractou a noticia, o texto português apresenta-se como resultado de várias traduções desde a primitiva redacção persa, passando pelo grego e o latim. Um frade do mosteiro de Alcobaça, o qual de si e de seu nome apenas disse chamar-se frey Jerónimo, achou-o estando em Paris e logo o passou a vernáculo para dêste modo o oferecer «a el rei dom Sancho de Portugal ao qual o prologo vai dirigido» ⁽³⁾.

O texto aparece dividido em doze capítulos precedidos de prólogo e seguidos de discurso doutrinário, destinado aos do conselho do rei Arsano pelo anónimo lavrador.

Os títulos dos capítulos são os seguintes:

- I — Em que Codro Rufo declara as razões da vinda do lavrador à côrte del rei Arsano;
- II — Como o lavrador falou ao rei;
- III — Como o rei enviou mensageiro a buscar o lavrador;
- IV — Como o pajem falou ao lavrador;
- V — Como o lavrador falou ao rei e das palavras que trouxeram;
- VI — Como o lavrador antes do mais quis dar notícia de sua vida, com algumas admoestações («reprensões»);
- VII — Como o rei pediu ao lavrador se continuasse aquela conversa;
- VIII — Como o rei ordenou ao lavrador lhe dissesse quanto conhecesse sôbre a função da justiça;
- IX — Como o lavrador falou ao rei sôbre as cousas da justiça;
- X — Como o lavrador falou ao rei sôbre as mercês e os merecimentos;
- XI — Como o lavrador falou sôbre a maneira própria do govêrno das cidades e vilas.
- XII — Como o rei, terminada a conversa com o lavrador, manda recado chamando aos de seu conselho.

O argumento do que sob estas epígrafes se discorre, pode resumir-se no seguinte: certo lavrador, vivendo lá nos contrafortes do Cáucaso, onde o Indo nasce, achando-se ocioso na preguiça,

A SÁTIRA POLÍTICA EM PORTUGAL

passou-se à capital do reino persa na intenção de abeirar-se do rei Arsano, o qual, esquecido nos prazeres da juventude, olvidava aos negócios da governança. Em ocasião em que o monarca dava audiência pública, acercou-se-lhe com palavras que logo aguçaram a curiosidade do príncipe até ao ponto de êste ordenar a determinado pajem o buscasse por tôda a cidade. Encontrado que foi e falando com o rei, lhe dirige uma enfiada de conselhos sôbre o bom regimento da república.

E com um discurso aos cortesãos termina a obra.

2

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DÊSTE ESCRITO

O espírito inspirador do tratado achamo-lo no velho sentimento de protesto que de sempre conheceram os povos em seus períodos de crise. A períodos de sua leitura revela o quadro da desordem na política, da rapinagem instalada na administração e da injustiça irresponsável como cousa do dia a dia dos povos. No fundo, sob a sua apresentação de conto oriental, trata-se de uma sátira lançada contra o momento político em que se escrevia.

Temos de vincar aqui a liberdade de linguagem que o lavrador emprega para com o rei e que o próprio autor se encarrega de frisar ⁽⁴⁾; liberdade que está na tese do tratado, pois o campino tem sempre razão naquilo que diz, sendo o próprio rei a reconhecê-la expressamente ⁽⁵⁾.

Na realidade o que aqui se entrecruzam são duas condições sociais, dois «estados» como então se dizia: o do honrado e sensato lavrador, apegado ao terrunho natal e ao trabalho, frente a frente com o da ociosidade e injustiça dos

governantes. «Nós os que com nossos trabalhos as vidas dos ociosos sustentamos», declara de si mesmo o lavrador que encarna as idéias e abriga os sentimentos do autor da *Prática* ⁽⁶⁾. Seja quemquer que seja o autor da *Prática*, evidentemente que ele faz parte do povo e entre este se junta.

Do mesmo modo que sátira política, ali encontramos ainda a sátira social. Eco curioso de algum «roman» francês, contemporâneo da *Prática*, ¿ não dará a sua origem «de Paris» a possível filiação ideológica? De qualquer modo, original ou inspirada, a sátira social acha-se intimamente relacionada com a política, ao longo do discurso da narração.

É o povo quem admoesta o rei por seu desgoverno. A caminho do palácio, indo na companhia do pajem, o lavrador roga a Deus depare ao rei Arsano entendimento com que conheça a todos aquêles que se engrandecem à custa do suor dos mais humildes e na mingua do bem comum. E o povo tem razão quando protesta contra o desgoverno porque o pajem a reconhece sem hesitações ⁽⁷⁾.

A solução para aquêles vasio, existente entre quem manda e os que lhe obedecem, está em reconhecer-se a razão que a êstes assiste, em providenciar contra a anarquia nas cousas públicas, em reconquistar o perdido amor do povo ⁽⁸⁾.

Para consegui-lo, o rei deve arredar de junto de si a seus maus conselheiros, aos poderosos que esmagam ao humilde e sobem, trepando sucessivamente até as culminâncias de altos postos, na adulação ao rei que os outorga. «Mui acustu-

A SÁTIRA POLÍTICA EM PORTUGAL

mado — disse o lavrador — he dos rreis e príncipes nos conselhos dos grandes feitos crerem mais os pareceres dos ricos e daquelles a que por afeição estão afeiçoados, que dos que não tam abastadamente uiuem» ⁽⁹⁾; pelo que o adverte: «E não te entregues a outrem polla fama, senão pollas obras» ⁽¹⁰⁾.

3

DATA DO ESCRITO E SEU AUTOR

TRATANDO-SE de sátira política, uma pergunta ocorre de pronto: ¿contra quem? Confirmá-lo seria determinarmos a época ao escrito que não tem data nem traz autoria.

Esteves Pereira, na erudita nota que antepôs ao texto, tomando ao pé da letra a dedicação feita ao rei dom Sancho ⁽¹¹⁾ e considerando o carácter de doutrinação que contém, inclina-se a supô-lo composto no reinado de El Rei D. Sancho II, e devido a algum de seus partidários que dêste modo se lhe dirigia na intenção de contribuir para melhorar a administração pública e pacificar as discórdias do reino. Neste caso a tradução portuguesa teria tido lugar na primeira metade do século XIII ⁽¹²⁾

Preferimos assinar-lhe antes o século XV, e tendo-se em atenção os seguintes considerandos:

A desordem a que em diversos lugares da obra se alude, não quer dizer que sòmente a possamos adjudicar a essa época das contendas que terminaram com o destronamento de D. Sancho II. Esse colorido vivo da descrição ⁽¹³⁾, tanto pode situar-se no século XIII como no séc. XV, porque apresenta valor de crítica geral,

sem concretizar nomes de pessoas ou fixar narração de acontecimentos. O facto de estar dedicado ao rei D. Sancho nada nos prova; será maneira habilidosa de amparar o escrito, naturalmente suspeito por seu conteúdo e suas audácias.

No entanto, escasseando qualquer espécie de alusões ao século XIII, encontramos-las claras no que se refere ao século XV. Conforme é conhecido e está narrado por todos os historiadores a subida ao trono da dinastia de Aviz trouxe consigo aumento extraordinário da burocracia; fôsse porque com a entronização dos Aviz triunfasse a burguesia do litoral, fôsse pela causa mais genérica da necessidade existente de firmar o poder sôbre alicerces de mercês, o certo é que uma das circunstâncias que mais podiam chamar a atenção de qualquer homem do povo, cujo sentir neste escrito expressamente se recolheu, está no facto do aumento desproporcional de cargos públicos. E neste ponto as queixas aparecem constantes ao correr de toda a conversa entre o lavrador e o rei. «Grande desconfiança — diz aquêle — he a dos princepes, e menospreço da sua justiça fazer muitos governadores de justiça: huu soo abasta se fosse temidas nao se podem com pequenos premios grandes guastos soste: este do officio hão de soste ha vida e as vaidades em que permites que uiuam — não queiras que a justiça se mantenha de pouo, mas deues de querer que o pouo seja mantido em justiça» (14). E mais adiante acrescenta: «não examines os gualardões per pessoas cobiçosas: e pois te Deus pos por gouernador de muitos, não queiras com muitos gouernar poucos» (15).

A SÁTIRA POLÍTICA EM PORTUGAL

O caso revela-se claro. Se acrescentarmos ainda, que pela doutrina como pelo estilo se mostra contemporâneo da *Virtuosa Benfeitoria*, como o próprio Esteves Pereira reconheceu ⁽¹⁶⁾, temos que paleográfica, literal e materialmente o escrito deve ser datado nas contendas que agitaram Portugal durante o século XV, isto é, mais ou menos, à volta do infante D. Pedro e das lutas que trágicamente tiveram seu desfecho nos campos de Alfarrobeira.

Pelo que diz respeito ao seu autor, somos de opinião de que é impossível a sua determinação, pelo menos enquanto nos limitarmos aos dados possuídos. Pelos elementos onseguidos, torna-se lícito concluir-se ter sido o seu autor homem de letras, talvez algum clérigo ⁽¹⁷⁾; o emprêgo de determinadas palavras, como «retraimiento» ⁽¹⁸⁾, leva-nos a pensar em influências galas; isto não obstante certas alusões a males políticos específicos do século XV português nos aconselhem a aceitá-lo como redacção original, embora nela se tomem em consideração determinados precedentes de origem francesa.

4

DOCTRINAS POLÍTICAS

A PARTE o seu sentido de sátira política e social, aparecem, na *Plática*, passagens interessantes a reflectirem pontos de vista tanto sôbre a ciência política como sôbre a arte política.

No que se refere a esta última, a ineficácia dos «Arcana» como instrumento de govêrno, critica antecipada de uma linhagem da literatura política dos séculos seguintes ⁽¹⁹⁾.

Na doutrina política, contém certa afirmação em conformidade com a tendência da obra: a de estimar que o poder venha ao rei por intermédio do povo, e que dêste modo sempre succedeu em outros tempos ⁽²⁰⁾. Novo testemunho a validar a nossa tese, temo-lo em que isto deve ser eco das côrtes de Coimbra, nas quais nasceu a dinastia de Aviz, ungida pelos votos dos procuradores.

Resumindo. Estamos perante um dos mais interessantes escritos do século XV em Portugal, no que interpreta um braço da comunidade política que sem êle quedaria esquecido no concôrto da doutrina. É o apoio popular da *Virtuosa Benfeitoria* e o documento mais forte da crise dos espíritos que agitou a Portugal, como a tôda a Península, na alvorada do Renasci-

mento. A audácia picante de suas frases e a agudeza intencional dos conceitos têm algo da rica veia que só voltaremos a encontrar nos *autos* vincentinos, já na transição para os tempos novos; por tôda a literatura política portuguesa medieval reinará sem rival como prova desta corrente do pensamento, sem outro cotejo mais do que versos soltos de um ou outro trovador.

5

DOIS CANTORES DA LIBERDADE

CORRENDO parelhas com a *Plática* de um lavrador com o rei Arsano, temos diversos outros poetas cujas rimas demonstram o arreigamento que a paixão da liberdade encontrou entre os homens da época. É em extremo curioso ver como a cantam e conduzem sua tristeza de escravidão os poetas superficiais, versejadores em saraus e por salões.

No *Cancioneiro* de Resende estão recolhidas duas composições de Álvaro de Brito e João Gomes da Ilha, dedicadas ao mesmo assunto e sensivelmente paralelas. A do primeiro revela um ataque contra a escravidão, por desumana e fonte de horrores indescritíveis, recordando-se no estribilho a alegria eterna daquele que logrou soltar as cadeias.

«Uyue mais morte que uiuo
o llyure que se catiua ;
ledo forro sempre uyua
quem se liura de catyuo!
Nam ha ley d'humanidade
nem consente descriçam
leyzar omen liberdade
por uyuer em sobjeçam ;
sendo contra sy esquiua ;
contra sy todos esquiua ;
ledo forro sempre uiua
quem se liura de catyuo» (21)

A de João Gomes da Ilha, mais curta, repete o estribilho e censura aquêlê que se deixar privar de liberdade,

«Eu vi no tempo pasado
affirmarse com verdade:
catyvidade de grado
ser jntegra liberdade;
mas por certo meu motivo
he contra quem se catyva:
ledo forro sempre uyua
quem se lyura de catyuo! (22)

Observe-se como em nenhuma destas composições, em particular na de Álvaro de Brito, cabe interpretar a escravidão como sendo sujeição amorosa; os modos que emprega não nos deixam lugar a dúvidas de que se refere à perda da liberdade política ou social.

O amor à liberdade, reclamada em côrtes mediante a exigência de mando justo no govêrno e exaltada nas rimas trovadorescas, estava vivo no Portugal do século XV, porque faz parte integrante da mentalidade política cristã. Uma liberdade dentro de limites justos é escola directa da liberdade teológica que põe em nossas mãos a conquista do destino pessoal. No Portugal de 1400 tinha a liberdade alento robusto porque afincava a sua pretensão no católico e era portanto liberdade exigida para o fim do homem. Quando se afirma terminantemente estar êsse dever mais acima de qualquer outra coisa, recordando a fraca condição humana, alimenta-se a visão justa de sã liberdade política.

6

UM ANTECESSOR DE SÁ DE MIRANDA

A vida da cõrte estava prenhe de desgostos e muitos altos espíritos se sentiam impotentes para tomarem sôbre si o fardo da quotidiana superficialidade que é estímulo nos ambientes palacianos. Choques de interêsses com os poderosos da hora de privança, ingratições de tôda a espécie, até os ataques injustos e dolorosíssimos, retraíam por repetidas ocasiões da proximidade dos príncipes a quantos se sentiam incapazes para lutar contra a injustiça e a privança. Êste foi o caso, no século seguinte, de Francisco Sá de Miranda; do mesmo modo, no século XV, a história de João Roíz de Castelo-Branco.

Diversas trovas suas temos no *Cancioneiro* de Resende, mas sobretudo uma há digna da nossa cuidadosa atenção: aquela com que êle responde a uma carta que o vedor da Casa da Moeda de Lisboa, António Pacheco, lhe dirigiu quando no seu retiro da Beira êle curava de feridas cortesãs⁽²³⁾. Acusando a recepção, renega dos palácios reais, descrevendo ao Pacheco a tranquillidade acolhedora da vida campesina «nesta Beyra»⁽²⁴⁾, vizinha da serra habitada por pas-

tores da cõrte virgiliana e a grande distância de aposentadores e porteiros. Nem sequer — e aqui se encontra o principal motivo da sua semelhança com Sá de Miranda — o seduzem as aventuras de além-mar.

A primeira critica da empresa da Índia, eco em parte de alma desenganada e em parte sumário das tendências isolacionistas propugnadoras do retraimento colonial, defensoras da agricultura e cheias de desconfiança pelo rápido enriquecimento que as viagens ao Oriente produziam, encontra-se na carta-poesia de João Roíz.

A ansia de riquezas faz com que ninguém se aperceba dos que partem para não tornarem mais, figura que repisará algumas das peças vicentinas:

«Armadas ydas d'alem
já ssaboys como se fazem
quantos cativos la jazem,
quantos la vam que nam vem
& quantos esse mar tem,
somidos, que nam parecem;
& quam cedo caa esqueçem,
sem lembrarem a ninguém» (25)

Nem todos os que vão à Índia regressam ricos, mas por vezes chegam-nos carregados de farrapos:

«E alguns que ssam tornados,
liures d'estas borrisçadas,
se os hys ver as pousadas,
achay-los esfarrapados.
Pobres & necessitados
por muy diverssas maneyras,
por casas das rregateyras
os vestidos apenhados» (26)

A SÁTIRA POLÍTICA EM PORTUGAL

A experiência no resultado das empresas conquistadoras apegá-o ao terrunho e ao solar.

Nada de aventuras: nem as de côrte, nem as militares; a tranqüilidade horaciana do *Beatus ille* reverdece e toma alento com o seu apartamento dos negócios públicos. Como o venusino, João Roíz de Castelo-Branco quere permanecer alheio e tranqüilo ⁽²⁷⁾.

Um século mais tarde, Sá de Miranda tomará idêntica posição, embora, sendo mais renascentista, êle a justifique com citações clássicas e por razões económicas. Em João Roíz as razões apontam-se de simples colorido e desengano; em Sá de Miranda estas virão a ser as mesmas, mas com maior alarde e desenvolvimento ⁽²⁸⁾.

O que não existe em nenhum dêles é puro estoicismo que tantos querem ver naqueles lugares onde se não dão senão conceitos cristãos ou dêsses desenganos de que a realidade nos oferece exemplos quotidianos. ⁽²⁹⁾ Querer juntar aos clássicos em valimento directo um escrito tão sincero como o de Castelo-Branco, fica êrro irmão daquele que tivemos já ocasião de repelir ao referirmo-nos ao Condestável D. Pedro, no ensaio anterior.

7

A «CARTA INSOLENTÉ»
DE FERNANDO DA SILVEIRA

TIPO muito distinto da sátira política é certo escrito encontrado por nós na Biblioteca Nacional de Lisboa e do qual não conhecemos houvesse notícia anterior. Referimo-nos à carta que certo partidário do Duque de Bragança escreveu a D. João II, censurando ao Rei pela conduta havida para com seu senhor.

Conhecidíssimo é o feito. Depois de mandá-lo prender, D. João II o fez matar em Évora no dia 28 de Agosto de 1484, liquidando dêste modo, com a cabeça do nobre, a luta secular existente entre a nobreza e o poder real. Os amigos do Duque emigraram ou foram presos. Do número dos primeiros deve ter sido o autor da citada carta, Fernando ou Fernão da Silveira, pois que repta o monarca, dizendo ao Rei que em nada êste o poderá prejudicar por se achar fora do alcance de sua mão ⁽³⁰⁾.

No restante, o conteúdo da crítica é duríssimo. Mais que sátira, devemos considerá-la como insulto. Fernando da Silveira imputa a D. João II «vossa injutiça» ⁽³¹⁾ e por repetidas vezes o apelida de assassino ⁽³²⁾.

Pelo que bem merece figurar, entre as sátiras políticas, tão tremendo como injurioso ataque.

8

JUÍZO FINAL

O mundo português do século XV era o dos períodos de fermentação, choque entre grupos rivais, adagas florentinamente manejadas no meio dos gemidos daqueles que caíam no estrondo do combater político. Idade em que os povos despertavam do sono medieval, mas ainda não haviam caído nos braços aletargadores dos Morfeus reais, não tem comparação senão apenas com a Revolução francesa. As crises da ordem dos dois poderes que constituíram a grande diarquia medieval, juntavam-se na renovação cultural que repelia as construções harmónicas do século XIII e levava ao nascimento de poderosa burguesia, capaz de rivalizar com a nobreza.

Portugal permaneceu arredado, porventura firmado em razões geográficas ou talvez pela idiossincrasia da alma peninsular, alheio àquelas novas facetas, etapas da vida a que às cegas a Europa inteira se entregou. Nem houve plebeus enriquecidos ao modo dos banqueiros Fuggers de Augsburg que tiveram o direito de cunhar moeda na Espanha; nem chegou até ali o eco do nominalismo renovador de Guilherme Occam, o *Doctor invencibilis*; nem houve quem pensasse

em nova religião platónica, suplantadora, e que superasse a cristã, a qual, chorando destellos, melancolizara, mais do que passeara pelas beiras do Arno, o helénico Gemisto Platão. Porém ainda assim houve abalos políticos, ainda tivemos disputas e discussões.

Os textos recolhidos neste capítulo são prova concludente do estado de fermentação social e do desassossêgo político; na variedade de seus aspectos nos assinala o facto a crítica alegórica na *Plática* entre o lavrador e um longínquo monarca da Pérsia; a ilusão da liberdade em dois dos cantores do *Cancioneiro* de Resende, primeiros trovadores da dama de alvura que, nas horas revolucionárias dos séculos que se aproximam, sempre enamorará tantos peitos jovens; a censura às versatilidades palacianas e a repugnância campesina para com os tempos novos, num beirão da mais pura raça; o ódio que converte o dizer da sátira em esgarro de afrontas, através do esquecido texto de servidor leal dos Braganças...

Como em nenhum outro palpita no presente capítulo da História do pensamento português medieval, o nascimento de novas forças que caracterizam o Portugal do século XV. Ao recolher em ramalhete a variedade das críticas, pomos em galeria as manifestações de maior vulto emotivo no curso da Idade Média portuguesa.

NOTAS

(¹) Em Coimbra, 1560, por João de Barreira.

Outra edição nas páginas 173-227 do tomo II do livro de Bento José Sousa Farinhea: *Filozofia de Principes apanhada das obras de nossos portugueses*. Três tomos, 1786, 1789 e 1790.

(²) Francisco Maria Esteves Pereira: *Tratado da prática de um lavrador com Arsano rei de Pérsia*, feito por Codro Rufo. No *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII, 1919, págs. 1032-1060.

(³) O título, na transcrição de Esteves Pereira apresenta-se o seguinte: *Tratado famosissimo de hua platica que un labrador persou con hum Rey de Persia que se chamava Arsano. Feito por huu persio per nome Codro Rufo, que naquelle tempo se achou: o qual foi tresladado de greguo em latim, e rreducido de latim em portugues per frey Jeronimo monge d'Alcobaça que estando em Paris lhe veo ter a sua mao, e elle he trouxe a El Rei dom Sancho de Portugal ao qual o prologo vai dirigido* — É o códice número 475 dos alcobacenses, guardados na Biblioteca Nacional de Lisboa.

(⁴) Capítulo IX «in principio» e X «in principio». Neste último disse que «porque este lavrador vio a el Rei ouvir sem escandalo he que lhe dizia mais ousou de que antes ousava de lhe dizer» (pág. 1050).

(⁵) Capítulo VII, pág. 1043.

(⁶) Capítulo V, pág. 1042.

(⁷) Capítulo IV, pág. 1041.

(8) Para o autor surge como fundamental. Talvez tendo, em sua memória, presente a recordação do passado de D. Pedro I, dizia o lavrador ao rei: «Créeme Arsano: os teus naturaes conservar deues com amor e os jmguos com temor: a piedades sempre acrecenta nes estados des princepes, e a crueza muitos defeitos tem: não te fação creer que a crueza he justifica: que a moor justica que podes fazer e mais com temor della a rrepubrica viua...» (Cap. IX, pág. 1047-1048).

(9) Capítulo VII, pág. 1043.

(10) Capítulo VII, pág. 1046.

(11) Libertando-se portanto da sua origem persa. Vide pág. 1033.

(12) Esteves Pereira: ob. cit. pág. 1034-1035.

(13) Leia-se a seguinte passagem: «Tu Arsano ho julgavas: se os ceos e os movimentos huú soo ponto se desordenassem, a machina pereceria: olha as novidades com que nos sostermos, a criação das alimancias. olha o tempo da chuua. e o tempo do sol. olha a rrego do dormir. e o tempo que he dado ao trabalho: tudo isto se não amdasse com ho tempo em ordenança. nenhũa cousa das que esperamos teriamos. tudo se guoérna por tempos e ordem certa: e a tua corte nao sei como com tanta desordem se sostem: se a natureza em ti prometyo que com desordem guoernasses. muito lhe deues. pois em ti comêço cousa que aos estranhos he tão esfranha...» (Cap. X, pág. 1051).

A subtiliza, ¿ não revela talvez mão de clérigo?

- (14) Capítulo IX, pág. 1048.
- (15) Capítulo X, pág. 1051.
- (16) Esteves Pereira : obr. cit. pág. 1035.
- (17) O facto de não atacar os costumes do clero também nos leva a pensar dêste modo.
- (18) Capítulo III, pág. 1040, e V, pág. 1041.
- (19) No capítulo I dá conta disto a facilidade que o lavrador tem para chegar ao palácio, «por que as cousas publicas muito trabalho hã de ter quem as fazer pera que os que as desejarem caber, as não saibam» (pág. 1038).
- (20) «Os tempos fazem e desfazem aquellas cousas que mais necessarias sam : diguo isto porque ouui dizer aaquellos que os agros por herança me deixaram. que antes de ti os príncipes dos velhos escolhidos na veoz do seu pouo. delles eram guouernados : e corto mui grande saude deziã que era aa rrepubrica». (Cap. VI, pág. 1043).
- (21) *Cancioneiro*, de Resende, Tomo I, págs. 199-200
- (22) *Cancioneiro*, de Resende, Tomo I, págs. 200.
- (23) De João Roiz de Castell-Branco, contador da goarda, a António Pacheco, veedor de moeda de Lisboa, em rreposta d'uma carta em que mortejava d'ele.—
— Em *Cancioneiro* de Resende, Tomo I, págs. 293-297.
- (24) Joam RRoiz, obr. cit. pág. 293.
- (25) Joam RRoiz : obr. cit. pág. 296.
- (26) Joam RRoiz : obr. cit. pág. 296.

(27) E ainda fugiria para mais longe se a côrte se aproximasse do seu retiro :

«Por ysto, senhor Mafoma,
tresmontey ca nesta Beyra,
por tomar a derradeyra
vida que todo omem toma.
Porque ha lá tanta soma
de males & de payxam,
que por nam ser cortesão
fogyrey d aquy tee Rroma.

Joam RRoíz : obr. cit., idem.

(28) O verso mirandino a que nos referimos é a sua carta II, dirigida a^{ra} «António Pereira, senhor de Basto», a qual toma as páginas 167-111 das *Obras*, por Vicente Alvarez, 1614. Vários sem numer. + 160 fls. numeradas.

Desta attitude espiritual de Sá de Miranda escreveu Sousa Viterbo palavras que bem podemos applicá-las ao trovador quinhentista : «Quando todos se lançavam no caminho da aventura, quando todos seguiam deslumbra-dos a estrella que surgira no Oriente, Sá de Miranda reco-lheu-se à sua Thebaida, receioso de que o estonteassem os perfumes das drogas indianas, encarnado para assim dizer, na sua individualidade descrente e sceptica, o fata-lismo do velho do Restello». (*Estudos sobre Sá de Mi-randa. Os filhos do cônego Gonçalo Mendes*. Em *O Insti-tuto*, vol XLII, 1895, págs. 661-684. Citação na pág. 672).

(29) A afirmação de estoicismo em João Roíz foi feita por M. Rodrigues Lapa : *Lições de Literatura portuguesa*.

Epoca medieval, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos 1934, VIII + 345 páginas. Citação na pág. 338.

(³⁰) *Carta insolente que escreveu Fernão de Sylveira a ElRey Don Joao II*. No códice 526 da colecção pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, folios 210-211. Citação no fl. 210 verso.

(³¹) *Carta insolente*, fl. 210 verso.

(³²) «Ca affirmo hũa, duas otres vezes q mataste o Duque.» (*Carta insolente*, fl. 211 verso).

ÍNDICE

	Págs.
NOTA DO TRADUTOR.	9
Dedicatória ao Prof. Damaso Alonso	15
INTRODUÇÃO	17
I—A FILOSOFIA POLÍTICA CRISTÃ DE UM GRANDE ILUDIDO	21
1 — Um português de prol	23
2 — Obras do Condestável D. Pedro	27
3 — A «Sátira»	31
4 — As «Coplas» e a «Tragédia»	35
5 — O falso amor popular	39
6 — A literatura contra os validos no Portugal do Século XV	43
7 — A Literatura contra os validos segundo o con- destável	47
8 — Cristão, não estóico	51
9 — Igualdade e liberdade cristãs	57
10 — Absolutismo no molde clássico	61
11 — Síntese	65
NOTAS	69
II — A SÁTIRA POLÍTICA POPULAR.	79
1 — A «Plática de un labrador con el rey Arzano»	81
2 — Características especiais deste escrito	87

3 — Data e Autor	93
4 — Doutrinas políticas	99
5 — Dois cantores da liberdade	103
6 — Um antecessor de Sá de Miranda	107
7 — A «Carta Insolente» de Fernando da Silveira.	113
8 — Juízo final	117
NOTAS	121
ÍNDICE	129

JUSTIFICAÇÃO DA TIRAGEM

Este livro teve uma edição original de sessenta e quatro exemplares:

Cinquenta exemplares, no formato 16,5 × 23 cm., em papel vergê ED, destinados aos bibliófilos da Pro Domo, e numerados de B.P.D. I a B.P.D. L.

Catorze exemplares, no mesmo formato e papel, fora do mercado, e numerados de A a O.

Este livro foi composto e impresso
para a «PRO DOMO» na «GRÁ-
FICA SANTELMO», Rua de S. Ber-
nardo, 84, de Lisboa, tendo-se
acabado a sua impressão
a 20 de Dezembro de 1945

CULTURA POLÍTICA

NÚMERO

10

- 11 — Madrugada do Espírito
de *Plínio Salgado*
- 12 — O Destino da Pátria Portu-
calense
de *Ernesto Gonçalves*
- 13 — Obrigações do Vassalo
do *Marquês de Penalva*
- 14 — O Novo Príncipe
de *Gama e Castro*
- 15 — Instituição da Nobreza
de *Domingos Mauricio, S. J.*
- 16 — A Traição Burguesa
de *Rolão Preto*
- 17 — O Racismo
de *F. E. de Tejada Spínola*
- 18 — Da Monarquia
de *Dante Alighieri*
- 19 — Idearium
de *Ganivet*
- 20 — Os Povos e os Reis
de *Faustino José da Madre
de Deus*

A SEGUIR:

- A campanha de França
de *Goethe*
- Quanto custa uma República...
de *Filipe Levray*
- O burguês terá lugar no mundo
futuro?
de *Jean de Normandie*
- A Doutrina política da Igreja
definida pelos Papas
coord. e notas
de *J. S. da Silva Dias*